



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia nove de abril de dois mil e dezanove, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, Senhor Presidente: “consulto o Plenário para que façamos um minuto de silêncio em memória ao falecimento da Dona Maria Lúcia Clementina Nunes, mais conhecida como Dona Lucinha, que é mãe do nosso amigo José Marcílio e sogra da Viviane, que é filha do Prefeito Vítor Penido. Consulto o Plenário. Em discussão, em votação. Aprovado, dez votos”. O Plenário permaneceu um minuto em silêncio. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias dezanove e vinte e seis de março, e do dia dois de abril de dois mil e dezanove foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata do dia dezanove de março por nove votos, a Ata do dia vinte e seis de março por oito votos e a Ata do dia dois de abril por nove votos. O Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) Do Partido Popular Socialista – PPS 23 / Nova Lima.



Nova Lima, 05 de abril de 2019. Ofício: 11/2019. Assunto: mudança do nome do PPS – Partido Popular Socialista. O vereador Ederson Sebastião Pinto (Kim do Gás), vereador e Presidente do PPS em Nova Lima, comunica que o PPS aprovou no congresso extraordinário, realizado nos dias 22 e 23 de março do ano corrente, a alteração do seu nome, passando a se chamar Cidadania. Informa que na oportunidade foi publicada a carta com os Princípios do Partido Cidadania. 2) Do Secretário Municipal da Fazenda, Walmir de Castro Braga. “Ofício nº 005/2019. Referência: retorno Ofício 035/2019. Nova Lima, 03 de abril de 2019. Exmo. Sr. Fausto Niquini. Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Recebemos do Gabinete do Sr. Prefeito Municipal encaminhamento do Ofício em referência, com determinação para que este Secretário lhe responda, com cópia para a Secretaria de Governo. Neste sentido, embora pessoalmente concorde com a busca de indenizações ou pagamentos que sejam devidos pala Vale em face do rompimento e ou risco de rompimentos de barragens, como Secretário Municipal de Fazenda, lembro que estamos limitados aos comandos legais. No caso concreto, não existe lei que especifique como fato gerador de IPTU o ‘risco de rompimento de barragem’, em razão do que estamos impossibilitados de fazer o lançamento e efetuar a cobrança, na forma indicada. Caso venha a existir previsão legal, certamente o Executivo irá regulamentar a sua cobrança, através de Decreto, e daremos os encaminhamentos internos nesse sentido. Atenciosamente, Walmir de Castro Braga, Secretário Municipal da Fazenda”. Senhor Secretário: “e por fim, Presidente, a última correspondência é a Recomendação nº 05/2019 do Ministério Público, encaminhada



pelo Dr. Thiago Correia Afonso, Promotor de Justiça. E aí, se os senhores me permitem, eu vou ler apenas a conclusão para não ficar lendo todo o documento. Depois de todos os considerandos: ‘Resolve expedir a presente recomendação aos Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Nova Lima, para que: II.a) durante a votação do Projeto de Lei Complementar nº 1.737/2018, não aprovem, diante da manifesta inconstitucionalidade, a criação dos cargos comissionados de Assessor de Transporte; Assessor Gerente – Assessor Jurídico de Licitações, Contratos, Convênios e Congêneres; Diretor de Departamento I – de Auditoria Jurídica; Diretor de Departamento I – Observatório de Despesa Pública; Gerente do PADE (Programa de Atenção Domiciliar); Assessor Jurídico I; Assessor Jurídico II; Procurador Adjunto; Assistente I e Assistente II, todos da Prefeitura Municipal de Nova Lima, tendo em vista que as atribuições não dizem respeito a atividades de chefia, direção nem assessoramento; II.b) durante a votação do Projeto de Lei Complementar nº 1.737/2018, não aprovem, diante da manifesta inconstitucionalidade, a criação dos cargos comissionados de Assessor Gerente; Assessor I; Assessor II; Assessor III; Assessor IV; Chefe de Divisão; Chefe de Seção; Coordenador I; Coordenador II; Diretor de Departamento I; Diretor de Departamento II; todos da Prefeitura Municipal de Nova Lima, tendo em vista que as atribuições ali previstas mostram-se genéricas, o que inviabilizaria a análise da adequada classificação do cargo como sendo em comissão; II.c) durante a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 1.737/2018, se atentem que a nomeação para ocupação dos cargos de Coordenador I CREAS; Coordenador I CRAS; Coordenador II – Residência Inclusiva e



Coordenador II – Serviços de Acolhimento Institucional deve recair necessariamente sobre servidores públicos efetivos de carreira. Destarte, em obediência ao inciso IV, parágrafo único, do art. 27, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, estipula-se o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento desta, para que os destinatários da presente recomendação comuniquem a respeito do seu acatamento ou não, com a ressalva de que, em caso de não acatamento, o Ministério Público adotará as medidas legais e judiciais necessárias. Belo Horizonte/Nova Lima, 21 de Março de 2019. Thiago Correia Afonso, Promotor de Justiça, e Fernanda Caram Monteiro, Promotora de Justiça GEPP”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Quanto à recomendação do Ministério Público, eu fiz ontem, conforme pedido, a minha manifestação e juntei ao processo que foi aberto para esta discussão. Eu quero ressaltar primeiro que eu reconheço o trabalho que o Ministério Público tem feito no país como um todo. De fato, é uma instituição que goza de todo prestígio, do nosso respeito. O Dr. Thiago tem feito um bom trabalho dentro da cidade, como membro do Ministério Público. Mas, na minha manifestação, eu entendo que essa lei não é inconstitucional e que esse controle de inconstitucionalidade não pode ser feito nessa fase de projeto de lei, até porque isso fere um pouco a autonomia que tem do Legislativo. Então, se Vossa Excelência me permitir, eu vou ler um trecho de uma decisão do Supremo quanto a isso, eu só estou justificando,”. Senhor Presidente: “vereador Wesley, eu gostaria de solicitar aos meus pares, deixa para o senhor fazer essa leitura no momento da votação, justificativa de voto”. Vereador Wesley de Jesus



Silva: “pode ser, antes”. Senhor Presidente: “ok? Assim nós damos prioridade na pauta”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse assunto terminou, está vencido?”. Senhor Presidente: “terminou”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero fazer cumprimentos aqui, se o senhor me permite. Cumprimentar primeiro o vereador Alessandro Luiz Bonifácio que esteve durante essa semana na TV Banqueta, manifestando lá o seu trabalho. E mais do que isso, vereador, Vossa Excelência fez uma ação que para mim é muito valiosa para a Casa Legislativa, que é o reconhecimento do trabalho dos seus pares. Eu estou fazendo questão de fazer isso aqui, nesse momento e em público, para que as pessoas entendam a importância dessa união nossa enquanto vereadores e o resultado do nosso trabalho para as políticas públicas na cidade. O senhor muito bem disse do trabalho que o senhor trouxe para esta Casa e que a Casa o apoiou e, por isso, o projeto está virando possivelmente uma realidade, dependendo da sanção do prefeito. De qualquer forma, meus parabéns, muito obrigado pelo reconhecimento e que a gente continue assim, com esta união. Eu penso que nós temos que trabalhar nesta união, é com esta união que a população, sem dúvida nenhuma, ganha. Quero também, Senhor Presidente, cumprimentar aqui o Sérgio Americano, o Presidente do meu partido, Paulinho Seabra que está ali, aliás, cumprimentar também todos os demais presentes na reunião de hoje. E ao cumprimentá-los, eu quero cumprimentá-lo mais uma vez, eu acho que a gente já está até fazendo coro com isto, da iniciativa acertada de voltar a reunião para a noite. É muito bom ver a população de Nova Lima podendo estar aqui, participando dessa reunião conosco. Eles não estão



assistindo, em minha opinião, eles estão participando, porque as vontades contrárias que aqui representam em algum momento vão vir para a gente. Então, essa participação aqui é extremamente importante. Parabéns para o senhor e muito obrigado aos presentes”. Senhor Presidente: “muito obrigado, vereador”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.760/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos públicos e privados inserirem o símbolo mundial do autismo nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.771/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a proibição de inauguração e entrega de obras incompletas ou que, embora concluídas, não atendam ao fim a que se destinam”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.772/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Autoriza o Poder Público Municipal a criar a ronda integral de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.775/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima, através de seu Executivo Municipal, a doar área pública para atender a programa social para a construção de moradias Minha Casa Minha Vida e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Bom dia aos demais vereadores,



público que nos assiste aqui no Plenário e as pessoas que nos assiste pela TV Banqueta. É só porque eu estava acompanhando atentamente a leitura do Secretário e aqui fala que a prefeitura estava mandando o inteiro teor do chamamento público, com o croqui reivindicando e a demonstração das medidas compensatórias, só que não foi entregue para a gente. A presidência recebeu estas documentações? Seria interessante mandar para a gente, principalmente o chamamento público. Está falando aqui que o município encaminhou em anexo ao projeto. Ah, ótimo”. Senhor Presidente: “depois eu vou mandar cópia”. Vereador Tiago Almeida Tito: “para pelo menos circular, não precisa nem mandar cópia talvez, para economizar o xerox, mas circular só para que a gente ter ciência também. Obrigado, Senhor Presidente”. 5) Projeto de Lei nº 1.781/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Institui o Programa Municipal para captação e aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 6) Projeto de Lei nº 1.784/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre a vedação de acúmulo das funções de motorista e cobradores de transporte coletivo no Município de Nova Lima, bem como proíbe que as pessoas deficientes, autistas, idosos, gestantes, lactantes e acompanhadas por crianças no colo, sejam transportadas em pé”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador José Carlos de Oliveira como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 7) Projeto de Decreto Legislativo nº 372/2019, autoria do vereador Flávio



de Almeida, que “Dispõe sobre a concessão de Comenda do Mérito Policial Sd. Fernando Barbosa Neto aos Bombeiros Militares de Minas Gerais”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto e Tiago Almeida Tito, para emissão de parecer. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 367/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede o Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Eduardo Costa”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, gostaria de solicitar, já que tem o parecer favorável, que o senhor colocasse esse projeto em votação ainda na noite de hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Silvânio Aguiar para que esse projeto seja votado ainda hoje. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 368/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima a José Marcílio Nunes Filho”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria manifestar minha solidariedade ao Marcílio e toda família que, infelizmente, hoje, perdeu a mãe. Então, fica aí o meu voto de pesar”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Presidente, será que o senhor pode consultar o Plenário se pode dispensar...”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Boi para que o projeto seja votado ainda hoje,





essa noite. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 370/2019, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Dr. Guenael Freire de Souza”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem, que o senhor consulte o Plenário para que seja votado na noite de hoje, aproveitando o pacote”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Soldado Flávio para que façamos a votação desse projeto ainda essa noite. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete votos”. 4) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 371/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede o Título ‘Empresa Cidadã’ à Empresa Israel Construtora Eireli do Município de Nova Lima e contém outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, gostaria de pedir a vossa senhoria para consultar o Plenário para votar ainda hoje, por favor”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Coxinha para que façamos a votação desse projeto ainda hoje. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Oito votos”. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.768/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Determina a afixação de cartaz informando os dados de contado do Conselho Tutelar nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Município de Nova Lima”. A



comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Presidente nomeou o vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo como Relator da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Resolução nº 153/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima, a Comissão Permanente em Defesa da Juventude, da Criança e do Adolescente”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, com o intuito também de enxugar a pauta, se o senhor puder consultar o Plenário para a gente já fazer a segunda votação hoje, eu acho que fica de bom tamanho”. Senhor Presidente: “em discussão, em segunda votação, consulto os vereadores. Concordam com o projeto permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 2) Projeto de Lei nº 1.749/2018, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos que menciona da Lei Municipal nº 1.996, de 06 de junho de 2007 e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes,



Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 3) Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.706/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dá nova redação aos artigos 23 e 24 da Lei Municipal nº 1.910, de 28 de dezembro de 2005, alterados pela Lei Municipal nº 2.524, de 20 de novembro de 2015”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Os vereadores que concordam com o Veto permaneçam como estão. Sete vereadores. Mantido o Veto”. Vereadores que votaram a favor do Veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra o Veto: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida.

4) Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.707/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o Código Municipal de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, no âmbito do Município de Nova Lima e dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da Administração Pública Municipal”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Mantido o Veto, sete votos. Encaminho ao Executivo o resultado da votação do Veto ao Projeto de Lei nº 1.707/2018”. Vereadores que votaram a favor do Veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra o Veto: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida.



5) Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.723/2018, autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira, que “Estabelece a obrigatoriedade de publicação em site institucional na internet das obras públicas municipais paralisadas, contendo exposição dos motivos da paralisação e outras informações”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Os vereadores que concordam com o Veto permaneçam como estão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu queria parabenizá-lo por esse Projeto de Lei. Vou votar contra o governo porque entendo que todo meio que for possível entregar para a população transparência é necessário e fundamental na democracia que nós temos hoje, e que o cidadão e o brasileiro tem pedido. Então, vou votar pela derrubada do veto pelo princípio da publicidade, pelo princípio da transparência que devem ter todos os entes públicos desse país”. Senhor Presidente: “muito obrigado, vereador. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Derrubado o Veto ao Projeto de Lei nº 1.723/2018. Agradeço aos meus pares pelo apoio e pela votação”. Vereadores que votaram contra o Veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva.

6) Veto do Poder Executivo a Projeto de Lei nº 1.731/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o ensino e prática do xadrez como complemento educacional obrigatório na disciplina de educação física”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Os vereadores que concordam



permaneçam como estão. Seis votos. Mantido o Veto. Encaminho ao Executivo o resultado da votação do Veto ao Projeto de Lei nº 1.731/2018”. Vereadores que votaram a favor do Veto: Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra o Veto: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida. 7) Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 1.737/2018, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a implantação do Plano de Cargos e Vencimentos da Prefeitura Municipal de Nova Lima”. Senhor Presidente: “leia as emendas por favor, Secretário”. Senhor Secretário: “eu vou ler primeiro a emenda do vereador Silvânio e depois a emenda do vereador Fausto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, Senhor Secretário, por favor, eu quero retirar as minhas emendas”. Senhor Presidente: “retirada a emenda do vereador Silvânio Aguiar”. Senhor Secretário: “então, só a do vereador Fausto. ‘Emenda Modificativa ao Substitutivo do PL 1.737/2018. Desvincula a Secretaria da Regional Noroeste da Secretaria Municipal de Governo (Anexo II), bem como todos os órgãos a ela vinculados. Paço do Legislativo, Dr. Sebastião Fabiano dias, em 09 de Abril de 2019. Fausto Niquini, Presidente””. Senhor Presidente: “em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com a emenda permaneçam como estão. Aprovada, nove votos. Eu gostaria de agradecer aos meus pares, trata-se da secretaria da regional do Jardim Canadá. E o Jardim Canadá hoje tem uma população maior do que muitas cidades mineiras e é um polo industrial hoje, um polo gastronômico, um polo de



eventos, todos sabem. Então, é uma emenda solicitando ao Executivo que mantenha lá uma secretaria e que, ao invés de eliminar aquela secretaria, ao contrário, dê mais autonomia àquela secretaria. Nós sabemos que em torno de sessenta por cento do ISS do nosso município é recolhido através da maioria daquelas empresas, mais de mil empresas que nós temos hoje no Jardim Canadá. Então, agradeço muito aos meus pares. E ao prefeito, eu espero que o senhor não vete essa emenda. Retificando, sob a orientação do jurídico aqui, que eu voto na emenda, então são dez votos favoráveis à emenda”. Todos os dez vereadores votaram a favor da emenda. Senhor Presidente: “em primeira votação, os vereadores que concordam...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, antes de votar, eu quero me manifestar”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, nobres colegas vereadores, como todos nós sabemos, inclusive foi lida aqui no início da sessão a Recomendação nº 05 do Ministério Público, alertando a cada um dos vereadores, essa recomendação foi mandada de forma individual para cada um de nós, que existem inconstitucionalidades no projeto. E o Ministério Público solicita, inclusive, que cada um de nós nos manifestemos, respondamos ao Ministério Público sobre o posicionamento que cada um vai adotar. Naturalmente, hoje em pauta esse projeto, vai ficar público e notório o posicionamento de cada um. Mas antes de proferir o meu voto, Presidente, que já também é público, é contrário a esse projeto, porque é um desserviço que o governo municipal presta ao servidor público. Se o



senhor me permitir, Presidente, eu gostaria de fazer a leitura de cinco parágrafos da minha resposta ao Ministério Público. Posso, Presidente? Só para nivelar aqui a informação”. Senhor Presidente: “cinco parágrafos ou cinco linhas?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “cinco parágrafos”. Senhor Presidente: “ok, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é rápido. Porque são algumas considerações que eu faço ao Ministério Público, justificando o meu posicionamento contrário à aprovação desse projeto. ‘No artigo primeiro o autor menciona que o projeto de lei tem como princípio reconhecer e valorizar o servidor público pelos serviços prestados, pelo conhecimento adquirido e pelo desempenho profissional, contudo, nenhum dispositivo da proposição legislativa permite que se vislumbre instrumentos para atingir tal finalidade. Ao analisar o projeto de lei verifica-se que pessoas com ensino fundamental incompleto podem ser nomeadas para cargos em comissão e ganham mais do que pessoas que possuem nível médio ou superior de escolaridade. São diversos casos que esse absurdo se repete, denotando que os cargos em comissão, em sua grande maioria, são apenas cabides de empregos para apadrinhamentos políticos e que não são efetivamente necessários, vez que não se destinam a funções de chefia, direção e assessoramento. Como explicar, por exemplo, que o cargo de Coordenador I, cuja escolaridade é ensino fundamental completo, tenha o mesmo padrão de vencimento do Coordenador do CRAS e do CREAS, cujo nível de escolaridade é ensino superior? Segundo a mensagem, não existirá mais nenhum cargo de provimento efetivo vago, sendo que caso haja a necessidade de criação de outros



cargos, o Executivo enviará projeto de lei para a sua criação. Entende-se que tão cedo não haverá concurso público para provimento de cargos do Poder Executivo Municipal. A denotar a completa ausência de valorização do servidor efetivo, a maioria dos artigos que integram o projeto de lei é apenas cópia do mal fadado, da mal assinada Lei Municipal nº 2.590/2017, o Estatuto do Servidor. Além disso, os cargos em comissão ao invés de virem previstos no projeto de lei de que trata a estrutura administrativa, ocupam mais de oitenta por cento do teor de todo o projeto de lei que deveria ser exclusivo para os servidores efetivos. E por fim, Presidente, alguns servidores, pela especificidade de suas atribuições ou por exigência de lei federal, merecem carreiras distintas, a exemplo dos profissionais do magistério, que é a Lei Federal nº 11.738/2018 e os agentes comunitários de saúde, que é a Lei Federal 11.350/2006, sem contar os profissionais da saúde, Lei Federal 8.080/1990. Todavia, nesse projeto de lei, todos os servidores são tratados de forma igual, sem as especificidades de seus cargos e atribuições, já que o projeto de lei revoga tanto o plano de cargos e vencimentos geral, quanto o plano de cargos e vencimentos dos profissionais de educação, que são as Leis Municipais 2.023 e 2.025'. Ou seja, Presidente, esse projeto, além da recomendação do Ministério Público de que existe inconstitucionalidade, por todas essas outras razões e por entender que o servidor da educação e da saúde está tendo a carreira estancada, paralisada; hoje, se alguém prestar concurso, daqui a trinta, trinta e cinco anos, ele vai estar na mesma posição; é que eu entendo, por bem, em meu entendimento, Presidente, respeitando os demais votos, votar contra esse projeto". Vereador Flávio de Almeida:





“questão de ordem, Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pela ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “boa noite a todos. Mais uma vez, eu acho que a gente tem que se posicionar de tal maneira. Eu, nesses momentos assim, eu não digo que o Executivo tem culpa não, porque o Executivo envia para esta Casa, esta Casa é que escolhe o caminho. E vejo mais uma vez essa Casa ir contra o povo, que é contra o servidor concursado, o que entrou pela porta da frente, o que se esforça todos os dias para fazer o sistema funcionar. O servidor público que já está há tantos anos sem aumento, sem reajuste e que a gente vê a todo momento dizerem que o município não tem condições de dar um reajuste. Mas a gente vê nesse projeto aqui exatamente o apadrinhamento, mais uma vez. Eu, como servidor público estadual, eu sei o que é isso, eu sinto na pele o que os governos fazem com a gente. E mais uma vez a gente vê o servidor público massacrado por esta Casa. Todo mundo aqui é amigo, é companheiro, mas eu acho que a caminhada política tem que ser única, ela tem que ter exatamente um posicionamento. E o meu posicionamento nesta Casa foi sempre a favor do servidor, sempre. Eu acho que esse projeto aqui, quando a gente vê que o Ministério Público orienta, ele não obriga ninguém aqui a votar sim ou votar não, ele faz uma orientação. E eu acho que qualquer pessoa formada em Direito, que seja anteontem, hoje ou vai formar amanhã, tem o conhecimento da inconstitucionalidade disso aqui. Então, não tem nenhum menino aqui votando porque acredita que está correto ou não está. A gente sabe como o voto é direcionado quando começa aquele corredor até quando encerra aquela porta, nós



sabemos disso. E chega a ser um absurdo a maneira que esta Casa trata os seus eleitores, a maneira que esta Casa trata o servidor, chega a ser um absurdo. Quando você vê o servidor nessa noite, o servidor pode ter a certeza de que o futuro dele, de reajuste, não existe. Ele já foi massacrado no passado, onde fez corte em alguns servidores de até mil e quinhentos reais. Talvez, para a maior parte dos políticos desse país, o que são mil e quinhentos reais? Para a maior parte. Para a minoria, que eu me considero, é um prejuízo danado. Então, Senhor Presidente, eu vou seguir aquilo que eu acredito, vou seguir a minha consciência, vou votar a favor do servidor público, aquele que entrou pela porta da frente, sem cisma e sem medo nenhum, porque eu voto com a minha consciência tranquila. Mas eu gostaria de frisar bem, que mais uma vez esta Casa se posiciona como o homem que vai para a força de cabeça baixa. Eu espero que com certeza, no futuro político, essas pessoas não se esqueçam do massacre que esta Casa faz. E esse massacre é hoje contra o servidor, mas são todos os dias, todos os dias, políticos dessa cidade, do Estado, de Brasília, massacram o nosso povo. Então, eu espero, Senhor Presidente, para eu encerrar, que todo esse sofrimento da caminhada, que a gente faz nesse caminho solitário, porque é um caminho solitário. A gente viu um projeto de Álvaro ser derrotado aqui, massacrado, mesmo ele tendo razão. E a gente sabe os caminhos que são seguidos nesta Casa. Então, para eu encerrar, Senhor Presidente, que Deus tenha piedade da alma de cada um que vota contra o povo. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Ainda em tempo, eu queria apresentar uma emenda nesse projeto de lei, posso ler?”. Senhor Presidente:



“pode, por favor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Excelentíssimo Presidente, venho apresentar...”. Senhor Presidente: “o senhor não quer que o secretário leia?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “se ele entender a minha letra”. Senhor Presidente: “ah, pode ser o senhor mesmo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “venho apresentar a seguinte emenda ao Projeto de Lei Substitutivo ao PLC 1.737/2018, nos seguintes termos: suprir o inciso quarto do artigo dezenove da referida lei. Explico: o artigo dezenove fala: ‘os servidores que gozam das licenças listadas abaixo terão suspensa a contagem do interstício da progressão durante o período’. O inciso quarto fala: ‘para desempenho de mandado classista’, ou seja, quem hoje estiver no sindicato, passa a não ter direito da progressão que recai sobre todos os servidores. Bom, a gente sabe que o sindicato... Eu não tenho muito diálogo com o sindicato, mas ele é indispensável para brigar pelos direitos. Aqui mesmo o sindicato veio, se fez presente, na reforma antiga deu o posicionamento dele. Então, eu acho justo que as pessoas que estão representando os demais servidores, continuem recebendo a progressão como a categoria que ele faz parte. Então, é essa a emenda”. Senhor Presidente: “em discussão a emenda do vereador Wesley de Jesus”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente, vou me abster do meu voto”. Senhor Presidente: “abster da emenda? Em discussão, em votação a emenda do vereador Wesley de Jesus. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vou me abster, Presidente”. Senhor Presidente: “duas abstenções, um contra”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu vou me abster também”. Senhor Presidente: “então, emenda rejeitada, não é? Seis votos,



emenda aprovada. Seis votos favoráveis, três abstenções e um contra”. Vereadores que votaram a favor: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, Silvânio Aguiar Silva e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que se abstiveram: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto e Tiago Almeida Tito. Vereador que votou contra: José Guedes. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho mais uma emenda, Presidente. Venho apresentar a seguinte emenda modificativa ao Projeto de Lei Substitutivo ao PLC 1.737, nos seguintes termos. Passo a ler: Art. 22. No sistema de avaliação de desempenho a pontuação final de cada servidor resultará de... Aí eu vou para o inciso quarto: consenso entre avaliador e avaliado, de forma que caberá a cada servidor contra argumentar, se for o caso, apresentando evidências que se explicitem seu argumento, sendo que a pontuação da avaliação do superior deverá ser finalizada somente após essa entrevista de retorno. Parágrafo único, que é o objeto aqui dessa emenda modificativa, caso não haja consenso entre avaliador e avaliado, ou seja, servidor e quem o está avaliando, o caso deverá ser encaminhado para o comitê gestor de avaliação de desempenho, composto por dois representantes da Secretaria Municipal de Administração, um representante do gabinete do prefeito, além de um suplente, todos indicados e nomeados pelo prefeito municipal, através de decreto, a fim de que possa haver nova busca de consenso na avaliação e, em caso negativo, reavaliar o servidor. Bom, a emenda que eu apresento é ao parágrafo único, por quê? Aqui, quando não houver consenso entre quem está sendo avaliado e o avaliador, manda o caso para uma comissão, só que essa comissão não tem



representatividade do servidor. É justo que nós tenhamos nessa comissão quem também represente o outro lado, mesmo que seja minoria. Então, o parágrafo único da emenda modificativa que eu faço, fica da seguinte forma: caso não haja consenso entre avaliador e avaliado, o caso deverá ser encaminhado para o comitê gestor de avaliação de desempenho, composto por dois representantes da Secretaria Municipal de Administração, um representante do gabinete do prefeito, um representante da secretaria onde o servidor encontra-se alocado e um representante do sindicato da categoria, além de um suplente, todos indicados e nomeados pelo prefeito municipal por meio de decreto, a fim de que possa haver nova busca de consenso na avaliação e, em caso negativo, reavaliar o servidor. A única coisa que muda aqui é inserindo mais um membro da secretaria onde o servidor se encontra, que é justo, e um representante do sindicato para que a gente possa criar dentro da comissão essa contra argumentação”.

Senhor Presidente: “em discussão a emenda do vereador Wesley de Jesus”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Vereador, essas emendas, apesar de o senhor ter modificado um pouco, foram aquelas apresentadas pelo sindicato, correto? Sugeridas pelo sindicato”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “foram”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, esse parágrafo único, o senhor o altera da forma original apresentada pelo sindicato”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “sim. Não, eu acrescento a mais aí só um para ficar ímpar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então, por gentileza, só repita a composição”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “composição: composto por dois representantes da secretaria



municipal de administração, que já estavam”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, aqui é um”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, no original já tinham dois, olha no original. Original, artigo vinte e dois”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, não. Sim. Eu estou falando da emenda apresentada pelo sindicato, a emenda apresentada pelo sindicato fala de um”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ah, não. Porque nós precisamos tornar o número ímpar. E se a gente apresentasse um e o membro do sindicato, o que eu tentei trazer aqui? Um representante da secretaria, que entende o sistema, que entende o servidor, que conhece o servidor, mesmo que indicado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor coloca dois da secretaria de administração?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “dois da secretaria de administração, que é como estava o texto original, um do gabinete do prefeito, um representante da secretaria onde o servidor encontra-se alocado e um representante do sindicato da categoria. Um colega de trabalho e um membro do sindicato”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, é porque eu tenho essa mesma emenda, é inclusive a emenda que eu iria fazer. Mas o senhor a altera sim. O que o sindicato propôs é um representante da Secretaria Municipal de Administração”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “um do sindicato e um do gabinete do prefeito”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “e o senhor está propondo dois”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor está aumentando os representantes do governo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “do governo, exatamente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor está aumentando um na



administração e um na secretaria correspondente do servidor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “olha, eu poderia modificar no intuito de ser: um da secretaria de administração, um da secretaria do representante, onde ele está alocado e um membro do sindicato. Eu poderia fazer essa emenda tirando um aqui da Secretaria Municipal de Administração”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é porque, na verdade, o senhor está incluindo o da secretaria onde ele trabalha”. Senhor Presidente: “querem cinco minutos de suspensão da reunião?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, não precisa, Presidente. Eu vou ler do jeito que ficou aqui, rapidinho, mais uma vez: caso não haja consenso entre avaliador e avaliado, o caso deverá ser encaminhado para o Comitê Gestor de Avaliação de Desempenho, composto por um representante da Secretaria Municipal de Administração, um representante da secretaria onde o servidor encontra-se alocado e um representante do sindicato da categoria, além de um suplente, todos indicados e nomeados pelo prefeito municipal por meio de decreto, a fim de que possa haver nova busca de consenso na avaliação e, em caso negativo, reavaliar o servidor”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só uma dúvida. Vereador Wesley, é só para eu tirar uma dúvida”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é porque tirou o gabinete do prefeito aqui também”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tirei o gabinete do prefeito”. Vereador Flávio de Almeida: “não, eu estou com uma dúvida. Esse servidor é de carreira?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “servidor de carreira, efetivo”. Vereador Flávio de Almeida: “é só uma dúvida, eu não ouvi o senhor lendo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é efetivo”. Vereador Flávio de Almeida: “obrigado”.



Senhor Presidente: “em discussão a emenda do vereador Wesley de Jesus”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu confesso que por estar contrária aqui à emenda proposta pelo sindicato, eu vou votar contra. E eu queria saber se eu posso apresentar a emenda que o sindicato sugeriu”. Senhor Presidente: “fique à vontade, vereador. Em discussão, em votação a emenda do vereador Wesley de Jesus. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Fiquem de pé, por favor. Três, quatro, cinco, seis. Seis votos contrários. A emenda foi rejeitada”. Vereadores que votaram contra: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito. Vereadores que votaram a favor: Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira Wesley de Jesus Silva. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “posso apresentar essa? O senhor tem mais alguma?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, não, só essas duas. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então, seguindo aqui. Eu vou apresentar duas. No final das contas, eu vou apresentar duas emendas então, Presidente. Nesse mesmo parágrafo único apresentado, sugerido pelo vereador, o texto, na verdade, é o seguinte: caso não haja consenso entre avaliador e avaliado, o caso deverá ser encaminhado para o Comitê Gestor de Avaliação de Desempenho, composto por um representante da Secretaria Municipal de Administração, um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima, um representante do gabinete do prefeito, além de um suplente, todos nomeados pelo prefeito municipal, através de decreto, a fim de que possa haver busca de consenso na avaliação e, em caso negativo,





reavaliar o servidor”. Senhor Presidente: “em discussão a emenda do vereador Álvaro Azevedo. Em votação”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente, vou abster meu voto na emenda”. Senhor Presidente: “abstenção. Vereadores que concordam...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também vou me abster”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Dois contra, duas abstenções. A emenda foi reprovada”. Vereadores que votaram contra: José Carlos de Oliveira e José Guedes. Vereadores que se abstiveram: Ederson Sebastião Pinto e Silvânio Aguiar Silva. Vereadores que votaram a favor: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Flávio de Almeida e Wesley de Jesus Silva. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio e Tiago Almeida Tito não estavam no Plenário no momento desta votação. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu tenho mais uma então, Presidente”. Senhor Presidente: “próxima emenda do vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “que todos os cargos em comissão sejam ocupados, aliás, perdão, cinquenta por cento dos cargos em comissão sejam ocupados por servidores efetivos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “qual artigo o senhor está alterando, vereador?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “artigo sexto: do total dos cargos de provimento em comissão, cinquenta por cento serão preenchidos obrigatoriamente por servidores de cargo em provimento efetivo”. Senhor Presidente: “em discussão a emenda do vereador Álvaro Azevedo. Em votação. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vou me abster também, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “dois, uma abstenção.



A emenda foi reprovada”. Vereadores que votaram contra: José Carlos de Oliveira e José Guedes. Vereador que se absteve: Silvânio Aguiar Silva. Vereadores que votaram a favor: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Flávio de Almeida e Wesley de Jesus Silva. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto e Tiago Almeida Tito não estavam no Plenário no momento desta votação. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “reprovada? Eu entendi reprovada”. Senhor Presidente: “precisava de seis. Reprovada. Em discussão, em segunda votação o projeto de lei com as emendas”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, mais uma vez eu me coloco de forma contrária à aprovação desse projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Queria que o senhor consultasse o Plenário quanto à possibilidade de fazermos a primeira e a segunda votações desse projeto ainda hoje”. Senhor Presidente: “sim. Solicitação do vereador Wesley de Jesus”. Vereador José Geraldo Guedes: “questão de ordem, Senhor Presidente, quero justificar o meu voto”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, deixe-me só terminar primeiro aqui a solicitação do vereador para que façamos a primeira e segunda votações ainda hoje?”. Vereador José Geraldo Guedes: “perfeitamente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “tanto esse quanto o próximo, o 1.738”. Senhor Presidente: “o Projeto 1.737/2018 e o Projeto 1.738/2018, para que façamos primeira e segunda votações ainda hoje. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “boa noite. Eu quero justificar meu voto. O tempo todo,



eu fico matutando, desde setembro que vem engatinhando esse projeto aqui na Câmara. Eu fiquei muito preocupado o tempo todo, porque pelas informações que eu tenho, se esse projeto não for aprovado, quatrocentos e três funcionários comissionados perderão seus cargos. Uma crise de emprego, principalmente em nossa cidade, em todo o Brasil, Nova Lima não é exceção. Então, eu fiquei muito preocupado. Em Sabará, há um tempo atrás, pelo fato de votarem contra um projeto, mil e poucos funcionários em Sabará foram dispensados. Então, eu fico muito preocupado. Eu não sou contra, absolutamente, contra o funcionário. Só que eu voto de acordo com minha consciência. Não vou ficar fazendo discurso vago aqui, não vou, não vou acusar ninguém. O voto é livre, cada um tem o seu voto. Então, minha consciência mandou que eu votasse favorável e sou, realmente, um vereador que sempre defendi os funcionários da prefeitura. O pilar de Nova Lima são os funcionários. Se a prefeitura não funciona bem, se o pátio não funciona bem, a cidade não anda. Então, nós moradores de Nova Lima, nós dependemos sim da boa vontade dos funcionários, o tempo todo, vinte e quatro horas. Então, por esse motivo, eu vou votar favorável. E quero frisar que vem rolando esse projeto desde setembro. Obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Voto contrário ao projeto. Três votos contra, sete votos a favor. O projeto foi aprovado em primeira votação. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto



Niquini Ferreira e Flávio de Almeida. Senhor Presidente: “em discussão, em segunda e última votação. Vereadores que concordam com a aprovação do projeto permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Observação: aprovado com a emenda, foi só uma emenda, só a emenda minha. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida. Senhor Presidente: “meu voto foi contrário a esse projeto, uma vez que o Ministério Público apontou algumas inconstitucionalidades e alguns prejuízos também a longo prazo. Como a transparência, a responsabilidade e o interesse público têm sido as bases do meu mandato, prefiro continuar no meu propósito. Então, por isso que eu votei contra. Encaminho à sanção o projeto”. 8) Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 1.738/2018, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre os princípios básicos, a organização e a estrutura orgânica da Prefeitura Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Em discussão, o vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, tem a sua emenda. Pode ler a sua emenda?”. Senhor Presidente: “pode”. Senhor Secretário: “Emenda ao art. 15. São órgãos de execução da Administração Municipal. Inciso XII. Secretaria da Regional Noroeste. Art. 19, Inciso IV. Desvincula da Secretaria Municipal de Governo a Assessoria da Regional Noroeste, inserindo-a como Secretaria no inciso XXI. Onde se lê “Assessoria da Regional Noroeste”, passa-se a ler: “Secretaria da Regional Noroeste”, elencando todos os seus órgãos e respectivas



atribuições. Paço do Legislativo Dr. Sebastião Fabiano Dias, em 09 de abril de 2019, assina o vereador Fausto Niquini”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação a emenda, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada, dez votos”. Todos os dez vereadores votaram a favor da emenda. Senhor Presidente: “em primeira votação o Projeto de Lei nº 1.738/2018, com as emendas. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, em discussão ainda, só um instantinho. O projeto 1.737 que a gente acabou de votar e infelizmente foi aprovado, ele trata sobre o plano de cargos e vencimentos da prefeitura. E esse projeto agora, o 1.738, trata sobre a estrutura administrativa da prefeitura. Por entender que o 1.737 tem inconstitucionalidade e, mais uma vez, o governo massacra a vida do servidor porque interrompe a carreira de todos aqueles da Saúde e da Educação, como eu posso votar contra o 1.737 e aprovar o 1.738? Então, da mesma forma, eu voto contra o 1.738 por entender que eles estão intrinsecamente ligados um ao outro, como carne e unha. Então, Presidente, eu me posiciono contrário na primeira e segunda votações desse projeto”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu vou seguir o exemplo do primeiro projeto, vou votar contra e sempre a favor do servidor. Para não ficar nenhuma dúvida, vereador Álvaro, quando a gente vota contra, nós estamos votando a favor do servidor público de carreira e o concursado. Então, mais uma vez, esta Casa pega a contramão da via e eu estou com a minha consciência tranquila, vou votar contra na primeira e na segunda votações. Obrigado”. Senhor Presidente: “em primeira votação. Vereadores que



concordam, permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Em discussão. Em segunda e última votação. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Encaminho à sanção. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra nas duas votações: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira e Flávio de Almeida. 9) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 367/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Concede o Título de Cidadania Honorária de Nova Lima ao Sr. Eduardo Costa”. Em primeira e única votação. Em discussão, em votação, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 367/2019 à promulgação”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 10) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 368/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Nova Lima a José Marcílio Nunes Filho”. Em primeira e única votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 368/2019 à promulgação”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro



Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 11) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 370/2019, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Dr. Guenael Freire de Souza”. Em primeira e única votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 370/2019 à promulgação”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 12) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 371/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede o Título ‘Empresa Cidadã’ à Empresa Israel Construtora Eireli do Município de Nova Lima e contém outras providências”. Em primeira e única votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 371/2019 à promulgação”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, terminamos as votações, não é isso mesmo?”. Senhor



Presidente: “sim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ou ainda tem votação?”. Senhor Presidente: “não. O senhor tem cinco minutos para o senhor falar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o senhor fala isso que eu falo dez. Eu quero agradecer aos meus pares, vereador Wesley de Jesus, vereador Boi, vereador Tiago Tito, vereador José Guedes, vereador Kim do Gás, vereador Coxinha, Presidente, vereador Álvaro Azevedo e vereador Flávio de Almeida, por terem votado comigo o projeto de Título de Cidadania Honorária do radialista, do comunicador Eduardo Costa como cidadão honorário de Nova Lima. A gente sabe que o Eduardo mora na cidade e contribui de forma decisiva na comunicação, um comunicador que é combativo e responsável pelas causas sociais e com foco também na nossa cidade. Então, eu quero agradecer a todos os vereadores e já convidá-los para que, na data oportuna, nós possamos estar todos presentes para prestar essa homenagem a ele. Segundo fato aqui, Senhor Presidente, eu queria que o senhor, já que a gente não conseguiu e eu entendo que não é desorganização da Casa, porque as pautas são muitas, eu queria que o senhor agendasse já a Audiência Pública que a gente deixou combinado aqui para fazer sobre Honório Bicalho. Na semana passada a gente conversou sobre isso, foi deliberado aqui na Casa que faríamos essa Audiência Pública, mas, infelizmente, a gente deixou passar a data. Então, eu gostaria que a gente...”. Senhor Presidente: “dia vinte e cinco de abril, quinta-feira”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vinte e cinco de abril, quinta-feira?”. Senhor Presidente: “Rúbia, Eliene, depois você vê lá o dia vinte e cinco de abril”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente”. Vereador Silvânio





Aguiar Silva: “está ok?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “está bom, Senhor Presidente?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “vai pesquisar lá e ver se é possível dia vinte e cinco de abril, ok?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “nós temos uma Audiência Pública da Phoenix Mineração no dia vinte e cinco”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “no dia vinte e cinco?”. Senhor Presidente: “ah, é? Então, depois da reunião nós vamos ver”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “tá”. Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente. Posso? Eu vou ser rápido, para não ser cansativo. É que eu ouvi que a entrega dos títulos vai ser em conjunto, eu só ouvi. Só para eu confirmar que as minhas entregas, eu gostaria de fazê-las pelo meu mandato, só para oficializar isso, para eu não sentir à vontade, porque as minhas entregas não são entregas políticas. Então, eu acho que o senhor já percebeu isso em nossa caminhada, o senhor está em seu segundo mandato. Então, só para eu não ter que fazer palanque político, eu não vou ficar muito à vontade nisso, nós tivemos até uma conversa hoje mais cedo, só para oficializar para o senhor que os meus eu gostaria de fazer pelo meu mandato mesmo, mas todos estarão convidados, como vereadores”. Senhor Presidente: “semana passada eu fiz esse comentário aqui sobre a possibilidade de nós realizarmos em uma noite um evento único, que seria no teatro municipal. Parece que todos os vereadores tinham aceitado bem, mas já que o senhor levantou...”. Vereador Flávio de Almeida: “eu não aceitei não”. Senhor Presidente: “posteriormente nós vamos chegar a um acordo”. Vereador Flávio de Almeida: “eu só estou oficializando isso, Senhor



Presidente, porque vai ocorrer que eu não vou vir na minha entrega, porque eu vou ficar fazendo palanque político, rumo a 2020, para outras pessoas. Então, não. Eu entrego o meu título e os vereadores são convidados”. Senhor Presidente: “mas os outros vão fazer para o senhor também”. Vereador Flávio de Almeida: “não, mas eu não vou querer não, até mesmo porque os caminhos são diferentes”. Vereador José Geraldo Guedes: “questão de ordem, Senhor Presidente. Foi falado da entrega em conjunto, eu também não concordo. E gostaria de relatar aqui o título de cidadão honorário que nós acabamos de votar ao Eduardo Costa. Ah, se o Brasil tivesse na imprensa total um comunicador igual ao Eduardo Costa. Então, não sou contra certas entregas de títulos em nossa cidade, mas quando o vereador requer, faz um projeto para homenagear uma pessoa, ele tem que olhar bem para quem está entregando o título. Uma das melhores coisas que foi implantada aqui na Câmara, um título por ano. Tem vereador que já entregou até dez títulos por ano aqui, isso é politicagem sim. Então, a Câmara implantou esse sistema, eu parabênizo. Título de cidadão honorário é uma coisa que nós temos que escolher o passado, o presente e até o futuro da pessoa que será agraciada. Eu, em meus vinte e sete anos aqui, pode fazer um apanhado, não passaram de meia dúzia, porque eu sei escolher as pessoas que realmente prestaram serviços ao município de Nova Lima. Então, eu vou encerrar por aqui. Eu não faço política em cima de homenageados não, nunca fiz. Mandar um abraço. Nem sei se posso chamá-lo de amigo, mas eu considero Eduardo Costa como um grande amigo. Lá em Casa a Itatiaia é ligada às seis horas da manhã às seis horas do outro dia. Está todo mundo dormindo, mas nós não desligamos a



nossa rádio, que foi criada em Nova Lima, no Cine Ouro, em 1951. Então, para finalizar, a gente tem que escolher as pessoas que realmente fazem coisas para Nova Lima e que defendem a nossa cidade nas piores ocasiões, que não são aproveitadores de momento não. E agora é que nós precisamos da imprensa. Eu outro dia disse aqui: ‘não podemos esquecer do desastre, das vidas que foram levadas’. Só para terminar, Senhor Presidente, alguém fala do desastre da boate do Rio Grande do Sul? Não. Mariana, praticamente esqueceram. Lá no Flamengo, o Flamengo comprou três jogadores por cento e vinte e oito milhões, agora querem dar para as famílias uma miséria. No Flamengo está jorrando dinheiro pelas janelas, o tempo todo. Isso é covardia. Então, eu vou terminar, Senhor Presidente. Muito obrigado. Nós não podemos esquecer os desastres, principalmente com os menos favorecidos. Obrigado”. Senhor Presidente: “discussão e votação de indicações, moções e requerimentos. Primeiro requerimento, Secretário”. Senhor Secretário: “vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, retiro o requerimento, vou fazer dois verbais”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) A autoria do vereador José Guedes: A autoria do vereador José Guedes: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Vítor Penido de Barros a instalação de abrigo no ponto de ônibus no final da Rua Contorno em frente à Praça Carlos Cruz. Em discussão, o vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, justificativa de voto. Eu gostaria que corrigisse aí, é ponto de lotação. Eu já requeri esse ponto de lotação, no final da Rua Contorno. Porque é engraçado em Nova Lima, a Rua Contorno é rua reta, ela é reta. Rua Contorno, na



Chácara dos Cristais, umas cinco vezes eu pedi encarecidamente. As senhoras com as crianças, os idosos ficam ali, é sol, é chuva. Um ponto de lotação, mais uma vez estou pedindo, solicitando, é um simples ponto. Vou atrás do funcionário responsável e pedir para ele encarecidamente que faça isso. As coisas tão simples e, às vezes, o vereador que vai à periferia, vai aos bairros, vai aos condomínios, ele que sabe do problema da porta do eleitor. Então, pedir novamente. Eu estou tendo uma pessoa que está me ajudando a cobrar porque eu não dou conta. Tive que colocar uma funcionária para ir atrás do pessoal, porque às vezes a gente não recebe sequer uma resposta, sim, sim, não, não. Não deu para fazer, o vereador merece uma justificativa. Obrigado”. Requerimento aprovado por oito votos. 2) Autoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, com intuito de atender à demanda da população da cidade de Nova Lima, que seja aberta adequadamente, devidamente pavimentada e sinalizada a Estrada do Campo do Costa em São Sebastião de Águas Claras (Macacos). Aprovado, oito votos. 3) Autoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, com intuito de atender à demanda da população da cidade de Nova Lima, que seja analisada a possibilidade de construção de uma estrada para fazer a ligação entre a MG-030 até a antiga fábrica da Skol na BR-040, localizada nas proximidades do Bairro Vale do Sol / Miguelão. Aprovado, nove votos. 4) Autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto: Requer ao Prefeito Municipal que seja realizada a limpeza em torno da Quadra do Olaria, localizada na Avenida José Bernardo de Barros, tendo em vista o acúmulo de mato em seu entorno. Solicita ainda que seja realizada a capina, bem como



a reconstrução da escada, atrás da quadra, que liga ao Bairro Vila São Luís, pois a mesma se encontra toda deteriorada, ocasionando grandes transtornos aos transeuntes que a usam diariamente. Aprovado, nove votos. 5) Autoria dos vereadores Ederson Sebastião Pinto e Fausto Niquini Ferreira: Requer à Mesa Diretora desta respeitosa Casa uma solenidade para homenagear todos os ex-vereadores que exerceram mandato nesta Casa, após a redemocratização do Brasil, ou seja, após a Constituinte de 1988, onde inaugurou o fim do Autoritarismo no país. Aprovado, nove votos. 6) Autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de aplausos à Secretária Municipal de Cultura, Tatiana Pessoa Geckler, exemplo de profissionalismo, dedicação e competência. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Vereador, parabéns pelo requerimento tão bem escrito, descrito, inclusive. Eu gostaria de assinar junto com o senhor, se o senhor me permitir. A Tatiana realmente é uma pessoa de muito valor para a cidade de Nova Lima, filha da terra, de pessoas que têm um trabalho muito grande para a cidade. Então, talvez esse senso de pertencimento que ela tem com a cidade, tenha trazido para ela tanta capacidade que ela acumulou no tempo e que agora vem prestando o serviço para a cidade de Nova Lima. Se o senhor me permitir, eu vou agradecer muito. Se não permitir, eu vou entender”. Requerimento aprovado por nove votos. 7) Autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal tome providências imediatas no sentido de reformar o CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, situado à Rua Bias Fortes, 242 – Centro. Aprovado, oito



votos. 8) Aatoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal tome providências no sentido de colocar uma faixa de pedestres em frente à Unidade Básica de Saúde no Bairro Cascalho. Aprovado, oito votos. 9) Aatoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: Indicação 01/2019. Que o Executivo Municipal faça por encaminhar a esta Casa Legislativa um Projeto de Lei versando sobre a doação de uma área pública para que o Corpo de Bombeiros Militares de Minas Gerais instale em nosso Município um Ponto de Apoio (PA). Ressalta que há o interesse por parte da Corporação que, inclusive, iria transferir um Ponto de Apoio da Barragem Santa Lúcia para a nossa cidade. Senhor Presidente: “quantas vezes nós já fizemos esse comentário aqui nesta Casa, da importância de uma brigada do Corpo de Bombeiros em nossa cidade. Então, depende agora da doação do terreno. Então, eu agradeço aos meus pares pela aprovação do requerimento. Em discussão, em votação. Aprovado, nove votos”. 10) Aatoria do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora que seja enviada moção de aplausos ao nosso guerreiro Lucas Batista Lopes. Agradece a Deus, ao doador ou doadora da medula, aos familiares, amigos que participaram da maior campanha de doação de medula óssea realizada em Minas Gerais e aos artistas que mantêm o Hospital do Amor em Barretos – São Paulo. Em discussão, o vereador José Guedes: “vou falar até de pé. Eu quero nesta noite agradecer todos que lutaram pela vida do Lucas. O Hemominas... Nós cedemos este Plenário para que o povo fizesse a coleta de sangue em favor da vida do Lucas, dia inteiro filas, o povo de Nova Lima é generoso, muito bom. Eu gostaria de mostrar para os vereadores a foto, eu visitei o



Lucas, um ano e nove meses. O guerreiro venceu. Lógico que ele tem que continuar o tratamento em Barretos. Quero agradecer os artistas que contribuem para o tratamento de transplante em São Paulo. Quantas e quantas famílias não têm condições de arcar com essas despesas? Hoje foi dito aí o falecimento da mãe do Zé Marcílio. Zé Marcílio tem uma casa de acolhimento em Belo Horizonte, é uma das melhores pessoas que tem no Brasil, todos gostam do Zé Marcílio, uma pessoa caridosa, uma pessoa que não mede esforços para ajudar o próximo. Volto a frisar, foi a maior campanha de doação em Minas Gerais. Na campanha foram mais quatro agraciados que foram compatíveis. Então, domingo eu visitei o Lucas, sorridente, correndo a casa toda. Quero mandar um abraço, lógico, para o Lucas, para todos que contribuíram, que correram atrás, sem interesse nenhum, o interesse era simplesmente salvar a vida do Lucas e, graças a Deus, eu tenho certeza que está salva. Para que não sabe, o Lucas é filho do Dalton, da Vila São Luís, neto do Betinho do Bar, tem um funcionário nosso aqui, o Jeferson, que é o padrinho da criança. Foi um sofrimento para os amigos daquela família, inclusive eu incluo o meu nome porque eu sou do fundo da cozinha deles. Para terminar, eu volto a dizer, eu conheço muitas cidades, conheço o povo, o povo de Nova Lima é generoso demais. Não é só o caso do Lucas, sempre que tem algum problema de saúde grave, é muita gente que dá as mãos e não aparece, não precisa de aparecer na doença. Então, que Deus ilumine a família do Lucas. Mandar um abraço para a sua avó que está lá em São Paulo o tempo todo, com a mãe da criança. Às vezes o pai não pode, porque o pai tem que trabalhar, mas ele está sempre visitando. Então, foi uma luta de um ano e nove



meses, mas nós vencemos com a ajuda, não material, mas dando o apoio total à família nos momentos mais difíceis. Então, eu volto a frisar, como amigo da família, eu trago aqui essa notícia. Obrigado”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, gostaria de solicitar autorização do senhor para que nós mandássemos para o Lucas uma calorosa salva de palmas, porque é mais do que merecido, nós acompanhamos muito de perto aqui. Em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com o requerimento do vereador José Guedes permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero aproveitar que eu tenho aqui alguns membros do Solidariedade, o Marcelo Travassos está ali, o presidente do partido, Paulo Braga lá atrás e outros que me perdoem se eu estiver passando batido. A gente tem tido uma discussão muito grande no partido com relação à questão, porque a gente tem uma pessoa que é do transporte escolar, que é do partido. A gente tem tido uma discussão muito grande com relação à questão do transporte escolar no município de Nova Lima. O senhor já presenciou, já nos ajudou a trabalhar essa questão, a questão da lei no passado aqui, mas agora a gente tem tido um problema de fiscalização, como se não bastasse a gente ter uma lei que é falha, infelizmente a gente não tem tido a fiscalização. Então, eu vou fazer um requerimento e espero que o partido se sinta contemplado, porque isso tem sido foco de discussão muito forte lá dentro do partido e trago para esta Casa Legislativa, em nome do Solidariedade. E o requerimento é o seguinte: que a administração municipal, por sua secretaria responsável, realize efetiva fiscalização no trânsito e em especial ao transporte escolar no município. Como se não bastassem as





constantes irregularidades apresentadas, que eu já denunciei aqui várias com relação ao transporte do município, da Via Ouro, a gente ainda constata que o município, em vários momentos, tem deixado passar batida a questão do transporte escolar. Eu escrevi aqui, mas eu vou fazer do jeito que eu sei mesmo. Os meninos, os nossos filhos, os filhos da nossa cidade têm sido transportados por carros particulares, a gente tem fotos de carro pequeno com mais de quatro meninos dentro, sete meninos em um carro pequeno, nós temos fotos de vans escolares transportando sem o responsável lá dentro pelos meninos, sem as cadeirinhas. Isso tudo debaixo dos olhos da Secretaria de Trânsito e Transportes, com o apelo de que a gente não tem funcionário capacitado, eu talvez esteja usando a palavra errada aqui, mas a secretaria não tem funcionário na quantidade e na efetividade que precisa para fazer essa fiscalização. Então, eu quero rogar mais uma vez ao secretário que tão bem nos atende. O secretário de transporte é uma pessoa muito atenciosa, ele diz sempre que o município precisa de uma série de adequações para regularizar situações do transporte público do município, mas se a gente não começar a fazer, com um ano e meio de governo que falta, a gente não vai fazer nunca. Então, eu rogo que a administração se atente para isso, que coloque o povo na rua, que fiscalize as portas das escolas. Eu fiz uma campanha recentemente, através do meu gabinete na porta das escolas, tentando conscientizar as pessoas com relação à fila dupla, essa questão toda, fizemos um folder e nessa oportunidade de eu ter feito isso na porta das escolas, eu chamei a atenção para mim de várias pessoas que estão colocando as questões de irregularidades nesse transporte. Então, fica aqui o meu apelo



em nome do Solidariedade, tenho certeza que em nome do presidente do partido que aqui está e fazendo aqui justiça à Marli, que tem lutado com muita força sobre isso. Eu tenho certeza que a Marli já esteve em todos os gabinetes aqui, sem distinção, pedindo socorro, pedindo ajuda para esse transporte de Nova Lima que está deficitário. Eu vou terminar, Senhor Presidente. Eu espero, com muita fé, eu tenho certeza que a Marli e todas as pessoas que dependem do serviço de transporte no município, não esperem acontecer uma tragédia com as nossas crianças, para a gente começar a fiscalizar essa coisa errada que está acontecendo com relação ao transporte. Muito obrigado, Senhor Presidente. Rogo aos meus pares para que votem comigo esse meu requerimento”.

Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só para complementar a fala do Silvânio, que já foi bem elaborada, mas a Marli só pede que se cumpra a lei. É incrível, ela só pede para cumprir a lei porque a lei não é cumprida. É triste a gente até discutir isso”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o vereador Silvânio foi de uma felicidade imensa de apresentar esse requerimento, porque a Marli é uma incansável batalhadora nessa causa. Olha, eu já tentei ajudá-la de tudo quanto é jeito, já fui ao secretário diversas vezes, conversei com ele, conversei recentemente com o Comandante Geisel, da PM também, para tentar envolvê-lo nessa questão, para ver se ele ajuda, enfim. E, assim, toda hora está escancarada a irregularidade para todo mundo que quiser ver. Eu não sei se o senhor sabe, vereador, mas, recentemente, as vans que iam fazer a vistoria na secretaria, os motoristas iam a pé



e saiam de lá com a vistoria aprovada, ou seja, a vistoria que tinha que ser feita na van, o motorista ia a pé, ele ia sem a van e a vistoria era aprovada”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é grave isso”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu denunciei isso ao secretário. Então, esse assunto é urgente que tem que ser tratado na cidade mesmo, porque eu acho que essas autoridades esperam acontecer uma desgraça para tomar providência. Então, está sendo informado o quanto antes. Ajam, cumpram. É o que o Tiago falou também, cumpram com a lei, nada mais do que isso”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação o requerimento do vereador Silvânio Aguiar. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Próximo requerimento, vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o último requerimento verbal. Senhor Presidente, esse requerimento é uma moção de aplausos para a gente mandar para a escola Polivalente, escola em que eu me formei, graças a Deus, que foi deca campeã dos jogos escolares de Minas Gerais. Nessa moção de aplausos eu gostaria de destacar e parabenizar o Professor Pedro Dornas pela atuação dele com os alunos e o Diretor Wilson. Todo mundo aqui conhece o Wilson, sabe como o Wilson é devotado nessa questão do esporte no Polivalente. Então, fica aí a minha solicitação e a minha sugestão de que esta Casa encaminhe para lá uma moção de aplausos. E ao fazer essa moção de aplausos, Senhor Presidente, eu quero, mais uma vez, chamar a atenção aqui para a questão do esporte na nossa cidade. Apesar de a gente perceber que as coisas vão caminhando, as quadras de esportes ainda estão todas jogadas, deixadas de lado. Falar a verdade, a gente tem que falar o tempo todo, a quadra



do Bairro Cariocas está dominada pelo tráfico, a quadra do Bairro Cabeceiras entrou destruída, continua destruída e tantas outras. No Bela Fama, a gente tem uma quadra e tem pedido lá com uma frequência muito grande que se faça uma manutenção e que se coloque vestiário para as pessoas e a gente não consegue. Se eu for falar de todas as quadras de esporte, de todos os equipamentos de esporte da cidade aqui, eu vou tomar um tempo muito grande dessa reunião. Na verdade, a moção de aplausos vai para o Polivalente e fica aí a gente chamar a atenção da administração para que se resolva essa situação e que se dê uma atenção maior ao esporte especializado na nossa cidade. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “em discussão a moção de aplausos do vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Flávio de Almeida: “eu tenho um requerimento”. Senhor Presidente: “em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Requerimento, vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, eu não sei se todos os vereadores receberam o e-mail essa semana de uma moradora de São Sebastião de Águas Claras, eu acho que a maior parte deve ter recebido, que mesmo estando em intervenção da Defesa Civil, a Cemig consegue adentrar o Distrito de São Sebastião e fazer corte de energia elétrica, mesmo com as pessoas fora de suas casas. Então, isso é coisa de um Estado falido e de um município a caminho. O requerimento é no sentido de que seja enviado para a Cemig que uma localização com intervenção da Defesa Civil, ela não pode efetuar corte de energia elétrica. Se não bastasse aquela fila de pessoas passando por tudo aquilo que a gente está assistindo e uma imprensa calada, aí



a gente tem que ver também a Cemig conseguir adentrar no Distrito e fazer corte de energia elétrica. Então, o requerimento é nesse sentido. Que a Casa aprove o requerimento em direção à Cemig”. Senhor Presidente: “vereador, eu poderia fazer uma solicitação ao senhor?”. Vereador Flávio de Almeida: “é lógico”. Senhor Presidente: “eu acho que o assunto é realmente... Ele poderia sair em nome da Casa?”. Vereador Flávio de Almeida: “é lógico”. Senhor Presidente: “acho que fortaleceria muito esse requerimento”. Vereador Flávio de Almeida: “sem dificuldade nenhuma”. Senhor Presidente: “então o requerimento vai... Os vereadores concordam? Vereador, vai em nome da Casa, então, todos assinam”. Vereador Flávio de Almeida: “tranquilo”. Senhor Presidente: “é porque todos receberam o e-mail dela. Próximo requerimento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “requerimento verbal”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o primeiro é um pedido de Audiência Pública a ser realizada com a intimação da empresa TAESA. A empresa TAESA está iniciando um processo em Nova Lima de instalação de uma rede elétrica de alta voltagem, que vem de Raposos, Itabirito, vai atingir Itabirito também, mas em Nova Lima ela atinge os bairros Galo, Bela Fama, Bicalho e Santa Rita. Estão procurando as comunidades no intuito de apresentar um projeto de conscientização ambiental. Só que o projeto hoje tem quinhentos metros de servidão, ou seja, duzentos e cinquenta metros para um lado, duzentos e cinquenta para o outro, não pode ser construído mais nada. Além disso, nós não sabemos como que vai ser essa instalação, se vai afetar, como ocorre em outros lugares, em telefone, em sinal de internet. Então, eu acho necessário que para esta Casa



tomar conhecimento desse empreendimento que está sendo feito, da TAESA, que nós fazamos uma Audiência Pública para discutir. O empreendimento foi aprovado pelo Estado de Minas Gerais, o município de Nova Lima tem poucas informações quanto a isso, que foi aprovado tem três, quatro anos. E acho que a população de Nova Lima, principalmente desses bairros, está interessada em saber como vai ser esse empreendimento e se existe algum risco para o cidadão”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Wesley de Jesus. Em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Vereador, eu solicito que o senhor depois encaminhe o requerimento à secretaria para agendar a data”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ok. Eu tenho mais um requerimento, Presidente. Os contratados da prefeitura municipal, não cargo comissionado, psicólogo, serviços gerais, eles não têm recebido vale alimentação. Então, o que eu venho aqui pedir ao Poder Executivo que estude a possibilidade de inserir nos vencimentos desses funcionários contratados o pagamento de vale refeição como é feito com os servidores de carreira e também os servidores em cargo em comissão”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Wesley de Jesus”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só tirar uma dúvida com o vereador. É porque ele colocou dois cargos, inclusive um da saúde, eles trabalham também oito horas?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eles trabalham oito horas”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ah, ok, perfeito”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, existem vários servidores que trabalham em regime de doze por trinta e seis



e servidoras que detêm dois cargos efetivos, como professoras, ou seja, que elas também cumprem uma carga horária de oito horas pelo menos e esses servidores não recebem o ticket, o vale. O senhor poderia incluir nesse requerimento essa sugestão dada aqui agora também, que esses servidores também possam ser contemplados com essa...?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “podemos incluir, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ah, então, aí eu estou de acordo”. Senhor Presidente: “incluído também o requerimento do vereador Álvaro Azevedo no requerimento do Wesley de Jesus. Em discussão, em votação. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Próximo requerimento, vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu vou reiterar um requerimento, mas é meu mesmo, gente, não é de ninguém não. Quinze dias atrás eu fiz um requerimento verbal, o qual eu estou repetindo agora, que a prefeitura mande peritos, engenheiros na Rua Lauro Magalhães Santeiro, em frente à Escola Municipal Antonieta Dias. Aquele acesso vai cair, vai derrubar imóvel lá e vai interditar umas das poucas passagens que tem de acesso aos Cristais, Chácara dos Cristais, Alvorada. Constantemente a moradora ‘Mere’ marca vários vereadores no Facebook e até hoje a prefeitura não foi lá tomar uma providência. Se cair, piora, o serviço vai ficar mais caro. Então, ainda é possível fazer uma contenção de via pública da Rua Lauro Magalhães Santeiro, em frente à Escola Municipal Dona Antonieta Dias de Souza. Esse é o meu requerimento”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Tiago Tito. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos.



Próximo requerimento, vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “por último, é só uma moção de pesar pelo falecimento do Izauro, acho que é de conhecimento de todos aqui. E mandar essa moção de pesar para toda a família e os nossos sentimentos aqui. Izauro teve uma importância muito grande como professor, como diretor, enfim, na sua função na área de serviço social. Então, mandar meus sinceros sentimentos à família e que a gente possa homenageá-lo com essa moção de pesar”. Senhor Presidente: “em discussão a moção de pesar do vereador Tiago Tito. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só a última colocação. Eu não estou afirmando aqui não, eu estou querendo trazer à tona uma situação e eu, como torcedor do Villa Nova, mas eu estou acompanhando aqui. Até peço desculpa às pessoas que estão assistindo aqui, que estão me vendo constantemente no celular. Mas o Villa hoje está sendo julgado pela escalação de um jogador de forma irregular, de uma forma amadora, o jogador foi suspenso, não respeitaram a punição e pelo andar da carruagem, do jeito que está aqui, o Villa deve ser rebaixado. O Villa lutou tanto para manter a sua permanência na primeira divisão do Campeonato Mineiro e, infelizmente, por incompetência, por falta de cuidado, o time deve ir para a segunda divisão. É o que tudo indica, gente. Eu estou afirmando, eu estou colocando aqui. O procurador já está dando seu voto nesse momento lá e, pelo o que tudo indica, vai ser punido. Há a possibilidade de recorrer a outras instâncias, ao STJD, mas, infelizmente, por um erro de gestão, um erro grotesco, o Villa pode perder uma cota de televisão de novecentos mil reais, porque





se ele disputar a segunda divisão, ele não tem cota mais de televisão, porque a segunda divisão não é televisionada. Infelizmente, todos aqueles que sempre defenderam, infelizmente, parece que a gente vai ter essa triste notícia no final do dia de hoje, que deve perder os pontos de vários jogos nos quais o jogador jogou de forma irregular”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “bem, eu, como um grande villa-novense, tive também comunicado com essa notícia. Só que, pelo o que eu estou sabendo, o Guarani que está reivindicando os pontos, o Guarani entrou fora do prazo. Então, a gente fica preocupado sim. Isso não pode acontecer em um time profissional, não pode porque têm funcionários pagos para isso. Mas, pelas informações, parece que está sendo julgado hoje. Pelas informações que eu tenho, volto a repetir, o Guarani solicitou os pontos fora do prazo. Então, se está fora do prazo, nós não corremos o risco”. Senhor Presidente: “apresentação de oradores inscritos, inexistente. Agradecemos a presença de todos, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os nossos trabalhos. Uma boa noite a todos. Muito obrigado pela presença”.

---